



Universidade de Brasília

Campus Ceilândia

ALINE DIAS FERREIRA

**Vivendo na pele travesti: revisão documental e bibliográfica do movimento
LGBT no Brasil**

Discente: Aline Dias Ferreira

Orientadora: Profa. Dra. Maria Inez Montagner

Brasília/DF

2018

ALINE DIAS FERREIRA

**Vivendo na pele travesti: revisão documental e bibliográfica do movimento
LGBT no Brasil**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília, *Campus* Ceilândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Saúde Coletiva sob orientação do Prof. Dr^o Maria Inez Montagner

**Brasília
2018**

Aline Dias Ferreira

**Vivendo na pele travesti: revisão documental e bibliográfica do movimento
LGBT no Brasil**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Saúde Coletiva e aprovado em sua forma final pelo Curso de Saúde Coletiva, da Universidade de Brasília, Campus Ceilândia.

Brasília, 03 de dezembro de 2018

Profa. Dra. Maria Inez Montagner

Universidade de Brasília, Faculdade de Ceilândia.

Profa. Dra. Silvia Badim Marques

Universidade de Brasília, Faculdade de Ceilândia.

Leandro Jaime Dias Mendes

Ministério da Saúde

Dedicatória

Dedico este trabalho ao meu querido avô Apolinário Sousa Dias, que não está mais presente entre nós, mas que levarei como exemplo e inspiração para toda minha vida.

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço ao Senhor Deus de todas as coisas, pela luz e inspiração nos momentos difíceis, e por tudo em minha vida. Só ele sabe pelo que cada um de nós passamos.

À minha mãe, Eliana, para quem todos os agradecimentos ainda são poucos. Muito obrigado por tudo, por todo o carinho, apoio, paciência, pelos conselhos, pelo seu exemplo, enfim, pelo amor incondicional. Agradeço ao meu pai, Valmir, por todos os valores que me passou, assim como minha mãe, e por toda sua dedicação e suor em querer da sempre o melhor para os seus filhos.

Ao meu Amor Bruno, por todo carinho, apoio e auxílio, por vivenciar comigo esse momento mais que especial, carinho, respeito e a confiança depositada, no final tudo deu certo!

Agradeço também aos meus irmãos Willian, por todo o apoio e por toda a amizade, e por ter sido decisivo para que eu entrasse e permanecesse na UnB. Você sabe bem, e eu te agradeço muitíssimo por isto. A minha irmã kellyanne, por todo apoio e pelos ensinamentos da vida, estímulo e base.

À minha orientadora, professora Maria Inez, pela compreensão, pelas suas correções e incentivos. Pelas dicas precisas e por ter continuado acreditando na minha pesquisa mesmo nos momentos em que esta orientanda apresentou algumas dificuldades. Muito obrigado.

Gratidão a minha banca examinadora, Silvia Badim e Leandro Jaime pela disponibilidade em me avaliar, é enriquecedor saber que por vocês terei a oportunidade de crescer ainda mais quanto futura profissional. Obrigada a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da formação.

Gratidão a Universidade de Brasília UnB – Faculdade de Ceilândia – Fce, pela oportunidade de crescer como universitária e profissionalmente. Minha gratidão aos meus amigos (as) que fizeram parte da minha formação, vida cotidiana, momentos alegres e tristes, em especial minha amiga Aguidalice e o meu amigo Cristiano, vocês vão continuar presentes em minha vida com certeza!

Gratidão!

“Tudo o que me caracteriza é apenas o modo como sou mais facilmente visível aos outros e como termino sendo superficialmente reconhecível por mim. [...] E eu também não tenho nome, e este é o meu nome. E porque me despersonalizo a ponto de não ter o meu nome, respondo cada vez que alguém disser: eu”

(Lispector, 1990 .178-179).

RESUMO

O presente estudo tem por finalidade debater sobre a participação da travesti no movimento LGBT. Realizou-se então um levantamento na base de dados pré-definida, buscando referências que discutissem sobre a temática. A partir dos artigos encontrados buscou-se realizar um levantamento dos assuntos que são mais apresentados referentes ao tema travesti, em que região mais se publicou e o ano em que mais se publicou sobre esse tema. Com o objetivo central compreender a construção e formação dos movimentos sociais que as travestis fazem parte, no período de 2012 a 2017. Contando com a identificação dos marcos históricos no movimento LGBT, no que diz respeito a participação da travesti no movimento e o mapeamento de políticas públicas de saúde voltadas a travesti, compreender as principais demandas do movimento LGBT relacionados às travestis e definição dos termos de identidade de gênero como objetivos específicos. Diante do que foi apresentado, o intuito desta pesquisa é justamente o de levantar alguns dados que pudessem indicar novos elementos a serem trabalhados com vista a obter uma maior inserção da travesti dentro do movimento LGBT e no campo da saúde, bem como a qualificação da sua participação no mesmo movimento. Concluimos que o campo da Saúde Coletiva e os sanitaristas devem se ocupar e se preocupar com a melhoria e expansão dos serviços de saúde no Brasil, tematizando a necessidade de mais pesquisas sobre a população travesti.

Palavras-chaves: Movimento LGBT, Travesti, Política LGBT

ABSTRACT

The present study aims to discuss the participation of the transvestite in the LGBT movement. A survey was then carried out in the pre-defined database, searching for references that discussed the subject. From the articles found, a survey was made of the subjects that are most presented referring to the transvestite theme, in which region the most published and the year in which it was published on this topic. With the main objective to understand the construction and formation of the social movements that the travestis are part, in the period from 2012 to 2017. With the identification of the historical milestones in the LGBT movement, with respect to the participation of the transvestite in the movement and the mapping of public policies on transvestite health, understanding the main demands of the LGBT movement related to transvestites and defining the terms of gender identity as specific objectives. In the light of what has been presented, the purpose of this research is precisely to gather some data that could indicate new elements to be worked out with a view to obtaining a greater insertion of the transvestite within

the LGBT movement and in the health field, as well as the qualification of its participation in the same movement.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Bandeira adotada como símbolo da comunidade trans: rosa em alusão às meninas, azul em associação aos meninos e branco para quem está entre os dois sexos.....	47
Figura 2 -Primeira campanha do Ministério da Saúde voltada para o público travesti (BRASIL, 2012)	48
Figura 3- a campanha “Cuidar bem da saúde de cada um faz bem para todos. Faz bem para o Brasil”	49

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Publicações por Regiões.....36

Gráfico 2 – Quantitativo de artigos por ano.....37

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Caracterização dos artigos selecionados para análise durante o período de 2012 a 2017.	
Segundo: título, autores, metodologia e local.....	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantitativo de artigos encontrados por descritores e base de dados, Brasil, 2012-2017.....29

Tabela 2 – Quantitativo de artigos filtrados, repetidos e analisados.....29

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LGBT Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

ANTRA Associação Nacional de Travestis e Transexuais

ASTRAL Associação das Travestis e Liberados

MS Ministério da Saúde

OMS Organização Mundial da Saúde

CID código internacional de doença

SIDA Imunodeficiência Humana Adquirida

DST Doença Sexualmente Transmissível

HIV Human Immunodeficiency Virus

ISER Instituto Superior de Estudos da Religião

Sumário

CAPÍTULO I.....	15
1 INTRODUÇÃO.....	16
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
3.1 Movimento sociais	19
3.2 Travesti	20
3.3 Termos de identidades de gênero	22
3.4 História	23
4 JUSTIFICATIVA.....	26
5 METODOLOGIA	28
5. 1 Levantamento de dados	28
5. 2 Aspectos Éticos da Pesquisa	29
CAPÍTULO II.....	30
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES DO LEVANTAMENTO DOS ARTIGOS.....	31
6.1 Caracterização dos Artigos	31
6.1 Principais Conceitos.....	37
Capítulo III	40
7. POLÍTICAS E NORMAS	41
7.1 Políticas Públicas.....	41
7.2 Normas	42
8. Demandas do movimento travesti	44
8.1 Construindo a Identidade	44
8.2 Campanhas do Ministério da Saúde.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49

CAPÍTULO I

O capítulo I apresenta a estruturação do trabalho. A introdução, a justificativa, os objetivos do trabalho, o referencial teórico que foi utilizado e a metodologia desenvolvida no decorrer do trabalho.

1 INTRODUÇÃO

A Travesti sofre um contínuo processo de exclusão e marginalização social, que resultam em desfechos desfavoráveis de saúde quando comparados com a população em geral, tais como altas taxas de infecção pelo HIV, experiência de violência, ideação suicida, entre outros.

De acordo com Silvia (2012) A travesti, têm seus direitos solapados e são preteridas de uma perspectiva de vida em sociedade com qualidade, dignidade, respeito, e segurança, devido ao preconceito em função de sua vivência de gênero; que resulta na marginalização social experimentada pelas mesmas, submetidas diariamente a episódios de violência psicológica, moral e física.

Diante disso essas situações cotidianas de violência, que são elementos constituintes das identidades de muitas travestis, as expõem a processos de exacerbação dessa vulnerabilidade.

Antes de darmos início a discussões sobre movimento lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, LGBT no geral, em especial a travesti, é essencial apresentar alguns elementos que serviram de base para as reflexões que foram necessárias para construção do trabalho.

Terto (2002), fala do período, em que a homossexualidade foi considerada uma doença, e os indivíduos com práticas homossexuais, eram tratados como se fossem portadores de alguma patologia ou distúrbio, que poderia ser diagnosticado como de origem biológica, genética ou de um desenvolvimento psíquico inadequado.

Terto (2002) diz ainda, que o advento da SIDA, ocorreu no início dos anos 1980, o que complexificou estas relações e serviu de motivo para o recrudescimento de preconceitos contra os homossexuais, e a própria homossexualidade masculina se transformou num sinônimo de SIDA.

Borba (2010) observou que apesar da epidemia do vírus HIV ter causado um aumento ao número de pesquisa relacionado a população da travesti, o mesmo sente falta de pesquisa que tragam novas estratégias para essa população:

“Para restringir a disseminação do vírus HIV nesse grupo, a esperança é construir estratégias de intervenção centradas nas experiências das pessoas envolvidas, além, é claro, das necessárias provisões de informação atualizada às pessoas que esses projetos visam beneficiar” (BORBA, 2010. p.14).

Neste estudo o nome do título vivendo na pele travesti: revisão documental e bibliográfica do movimento LGBT no Brasil. Foi escolhido, porque seria realizada uma pesquisa com entrevista e que devido algumas adversidades não foi possível ser realizada. Mas mantivemos o estudo com mesmo nome no título.

O objetivo central desse trabalho de conclusão de curso foi o de compreender como é a participação e a importância das travestis nos movimentos sociais lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, LGBT, através de uma pesquisa documental, nos sites oficiais do Ministério da Saúde e bibliográfica baseando-se nos artigos da plataforma SciELO.

A pesquisa que deu base a presente monografia está estruturada da seguinte forma, no primeiro capítulo apresenta a estruturação do trabalho e a trajetória metodológica de como foi realizada a seleção de artigos. No segundo capítulo, apresentará os resultados obtidos e discussões a partir do levantamento dos artigos e, por fim, no terceiro capítulo, trataremos da consideração final do estudo.

Portanto a ideia de criar uma pesquisa relacionada ao papel desenvolvido pelas travestis nos movimentos sociais brasileiros, surgiu devido à escassez de estudos relacionados ao tema e da importância do desenvolvimento de uma pesquisa que encaminhe à novos conhecimentos em maior profundidade a existência dessa população.

OBJETIVO GERAL:

Compreender a construção e formação dos movimentos sociais que as travestis fazem parte, nos últimos cinco anos, através de uma pesquisa documental, nos sítios oficiais do Ministério da Saúde e de uma pesquisa bibliográfica, através de artigos existente plataforma SciELO.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Elencar as normas e projetos de leis que versam sobre o tema.

Compreender as principais demandas do movimento LGBT relacionados às travestis;

Definir os termos de identidade de gênero.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Movimento sociais

Iniciaremos com uma breve análise da condição atual dos movimentos sociais, para estabelecer os sujeitos das ações coletivas que iremos abordar. Desde logo é preciso demarcar que restringiremos nosso universo de observação aos movimentos sociais lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, LGBT com foco nas travestis.

Não abordaremos no trabalho, outros movimentos que não seja o LGBT ainda que, muitas vezes, eles estejam associados ao movimento que pesquisamos, especialmente os movimentos populares. Isso não significa que consideramos um tipo de movimento mais importante do que outros; estamos apenas demarcando nosso campo de pesquisa.

As reivindicações no campo da saúde, segundo Facchini (2005) surgem no Brasil na virada do século 19 para o 20, e com isso, depois de muita luta, passou se a considerar políticas de saúde voltada para esse público. No entanto, tais políticas não são o suficiente para garantir um atendimento com um resultado eficaz direcionado à população LGBT.

No Brasil, o movimento homossexual, que teve início no final dos anos 1970, era formado predominantemente por homens homossexuais. No entanto, nos primeiros anos, as lésbicas também começam a se afirmar como sujeito político pertencente a esse movimento. Nos anos de 1990 ocorre a entrada das Travestis e posteriormente de transexuais. No início dos anos 2000 ocorre a entrada dos (a) bissexuais reivindicando espaço no movimento (ESTEVES, 2017).

Sampaio e Germano (2014) relatam que na década de 1980, o movimento lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais LGBT no Brasil iniciou uma parceria política com o Estado a fim de enfrentar o surto da AIDS. O apoio do Estado foi substancial para que se abrissem amplos espaços de debate, de interlocução com os governos e os atores internacionais reconhecendo assim os homossexuais como sujeitos de direitos.

Os grupos homossexuais foram os responsáveis pelas primeiras mobilizações contra a epidemia, tanto no âmbito da assistência solidária à comunidade quanto na formulação de demandas

para o poder público. Apesar de o movimento homossexual ter sido tratado como somente um, nessa fase foi especificado e diferenciado os indivíduos que constituía os movimentos, tais como, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais de forma a tornar visível as demandas específicas dos sujeitos coletivos.

De acordo com Facchini e França (2009), a partir dos anos 1990 e sucessivamente nos anos 2000, os movimentos homossexuais ganharam novo fôlego e tornaram-se expressivos novamente. Nessa época, foram adotados formatos institucionais de organização semelhantes ao modelo das ONGs. Nesse cenário, a postura do movimento homossexual se modificou: a vitimização dos anos 1980 foi gradualmente substituída pelas ideias de orgulho e visibilidade.

Assim, em 1995 foi realizada a Primeira Parada Gay no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no mesmo ano em que a então deputada federal Marta Suplicy apresentava um projeto de lei que visava regulamentar a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Tal projeto permaneceu no limbo do Legislativo até 2001, quando foi retirado de pauta (FREIRE E CARDINALI, 2012).

Gonh (2014) diz que antes de tudo devemos ter entendimento sobre o que são movimento sociais, para isso devemos encarmos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural. Essas organizações agem de forma coletiva como resistência à exclusão e luta pela inclusão social. Essas demandas se materializam em atividades de manifestações como ocupações e passeatas em ruas provocando uma mobilização social, e chamando a atenção de outros indivíduos para as demandas de determinado grupo.

3.2 Travesti

No Brasil, as travestis fazem parte de uma população que carrega uma imensa carga de preconceitos, sempre estiveram na ponta de lança dos preconceitos e das discriminações existentes no Brasil com a população LGBT.

Isso ocorre, porque a travesti ostenta uma identidade de gênero diversa da imposta pelos padrões heteronormativos, em que homem é homem e mulher é mulher, e qualquer coisa que fuja dessa norma é encarada com estranhamento. “As travestis são pessoas que nascem com sexo

biológico masculino, com aparência física masculina, mais que não se identificam como homem” (SILVA, et al. 2015).

Quando nos referimos a heteronormatividade, falamos no ponto de vista que sustenta que a sexualidade é baseada em relações reprodutivas e que o casamento, que confere estatuto legal à forma da família, ou seja, uma instituição e um vínculo heterossexual (BUTLER, 2003).

De acordo com a fala de Peres (2012), as travestis são produzidas através de uma ordem dos discursos que se efetuam pelas resistências às lógicas binárias, assim como heteronormativa que expressa singularidades, apesar de muitas das travestis e transexuais ainda se situarem dentro do modelo heteronormativo, onde impõe como modelos de identificação relacional (afetivo, sexual e amoroso) os determinados pelo sistema sexo/gênero/desejo/práticas sexuais.

Deste modo, as travestis sentem-se bem com seu órgão sexual, reconhecendo-o como um instrumento de prazer “pois consideram seu órgão sexual como um atrativo, o que as diferenciam das mulheres, e que atrai os homens: um corpo feminino com órgão sexual masculino” (LOURENÇO, 2009).

Foucault (2003), expõe sobre o território existencial "seu contorno não é obtido por uma linha que corre nítida ao longo do corpo, mas por milhões de traços perpendiculares, de pequenas palhas, que formam um eriçamento geral, uma sombria presença na noite".

Conforme Silva (2012) as travestis, nos dias de hoje são reconhecidas como transgressoras de valores culturais, desta forma segregadas à margem da sociedade por fugir aos modelos heteronormativos de gênero e sexualidade.

Entretanto, Lima (2009) diz que a sua cidadania é negada em virtude de sua vivência de gênero, não ser adequada aos padrões definidos socialmente como normais e aceitos, as travestis têm uma luta mais árdua, pois elas ocupam menos espaço que os gays, lésbica, os bissexuais e transgêneros.

As travestis partilham de histórias de exclusão social e discriminação, que lhes causa muito sofrimento, que são confirmados através de discursos sobre a violência e o cerceamento social que sofrem diariamente (SILVA, 2012).

No entanto apesar de a vivência da travestilidade não ser novidade, foi somente em 1980, com o surgimento dos movimentos sociais, que lutavam pelo fim da ditadura militar e a favor da liberação sexual, que a figura das travestis passou realmente a ganhar visibilidade na sociedade brasileira (LIMA, 2009).

Ainda mais com o aparecimento dos chamados novos movimentos sociais, que reivindicavam o lugar da identidade dos indivíduos, politizando vários aspectos (sexualidade, corpo, relações afetivas, reprodução, formas cognitivas ou emocionais) até então considerados pertencentes à vida privada, houve a criação do movimento homossexual (LIMA, 2012).

Carvalho (2013) retirar-se a emergência da "travesti" como categoria identitária, relatando o surgimento das primeiras organizações, que se deu no início dos anos de 1980 com destaque para suas conexões com as políticas de enfrentamento à epidemia da AIDS.

3.3 TERMOS DE IDENTIDADE DE GÊNERO

Consiste no modo como determinado indivíduo se identifica na sociedade, com base no papel social do gênero e no sentimento individual de identidade da pessoa. O conceito da identidade de gênero não está relacionado com os fatores biológicos, mas sim com a identificação do indivíduo com determinado gênero (OMS, 2013).

Transgêneros

São todos os indivíduos cuja identidade de gênero não corresponde ao seu sexo biológico. De maneira geral, essas pessoas sentem um grande desconforto com seu corpo por não se identificar com seu sexo biológico. Por isso, têm a necessidade de adotar roupas características do gênero com o qual se identificam, se submetem a terapia com hormônios e realizam procedimentos para a modificação corporal, tais como: a colocação de implantes mamários, a cirurgia plástica facial, a retirada das mamas, a retirada do pomo de Adão. Na maioria das vezes, desejam realizar a cirurgia de redesignação sexual (cirurgia genital). O termo também pode ser usado para todas as identidades não cisgêneras (transexual, travesti, não binário, crossdresser) (BENTO, 2018).

Travesti

São pessoas que, geralmente, buscam adequar cirurgicamente seus corpos, para aproximar-se do sexo que se reconhecem, que vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem

como homens ou como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou de um não-gênero (JESUS, 2012).

LGBT

O movimento homossexual teve uma questão particular, com o surgimento da epidemia da SIDA, a qual afetou com mais força e inicialmente os homossexuais homens, assim como bissexuais, travestis e transexuais no início da década de 1980. Portanto a partir de então o movimento passou a nomear claramente cada coletivo que representa: lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, a denominação considerada politicamente mais inclusiva e correta (CARRARA, 2016).

Como explica Stoller (1994) quando falamos em identidade de gênero, nos referimos a essas sensações que estão dentro de cada um de nós e que podem vir para fora ou não. Sentimos pertencer ao gênero masculino ou feminino, que somos homens ou mulheres (p. 23).

Ainda segundo Stoller (COSTA, 1994) essa sensação interna, para se formar adequadamente, precisa passar por muitas fases onde entram fatores biológicos e sociais. Portanto, a identidade de gênero se interliga com todos esses temas, mas não é necessariamente fruto de um ou outro fator (MOREIHARTMANN, 2014).

A orientação sexual é compreendida como a atração sexual direcionada para alguém do mesmo sexo (homossexualidade), do sexo oposto (heterossexualidade) e por membros de ambos os sexos (bissexualidade) (REIS, 2013).

Segundo o Programa Brasil sem Homofobia (CNCD, 2004, p.29) a identidade sexual é o sentimento de masculinidade ou feminilidade que acompanha a pessoa ao longo da vida. Nem sempre está de acordo com o sexo biológico ou com a genitália da pessoa.

3.4 História

Segundo Silva (2012) O movimento LGBT em meados dos 1980/1990, junto a história dos movimentos sociais de travestis e transexuais, período em que ganhou força no Brasil. Por meio do

movimento feminista que ocorreu neste período, no qual é considerado como uma alavanca e que teve vital importância na organização dos movimentos homossexuais.

Portanto, foi por meio dessas discussões propostas pelos movimentos feministas que proporcionaram a problematização da dimensão sobre sexualidade, até então limitada pela repressão social.

Mesmo não enfocando especificamente as travestis, esses estudos colaboraram para que se fosse colocando em pauta as temáticas a respeito da sexualidade, corpo, e gênero, na agenda política do governo, e na academia, promovendo um maior interesse no desenvolvimento de pesquisas nas áreas correlacionadas (SILVA, 2012).

Para Gonh (2008) é necessário, mas não obrigatório, subdividirmos o universo dos movimentos sociais que são considerados em três frentes de ações, buscando contemplar suas demandas, seus formatos organizativos e seu campo de atuação,

Primeira: movimentos identitários que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos, e, mais recentemente, culturais. Segunda: movimentos de luta por melhores condições de vida e de trabalho, no meio urbano e no rural, que demandam acesso e condições para terra, moradia, alimentação, educação, saúde, transportes, lazer, emprego, salário etc. Terceira: movimentos globais ou globalizantes, são lutas que atuam em redes sociopolíticas e culturais, via fóruns, plenárias, colegiados, conselhos etc (GONH, 2008, p.440).

Já os autores Carvalho e Carrara (2013), relatam que partem de uma análise da emergência de “travesti”, enquanto categoria identitária, para relatar o surgimento dos primeiros grupos ativistas, cuja organização se fazia em estreita conexão com as políticas de enfrentamento à epidemia da SIDA e à violência policial.

Segundo Costa (2010), no período dos anos 1980, o termo “travesti” não era utilizado como categoria propriamente indenitária, mas que geralmente ele aparecia em expressões como: “ter um travesti” e “estar em travesti”. Aborda também os processos de disputa que consideramos cruciais para a atual conformação do movimento no Brasil: a luta pela inclusão de travestis no emergente movimento homossexual dos anos 1980-1990.

Conforme Carvalho e Carrara (2013) em 1992, um grupo de travesti que se prostituía e se reunia na praça MAUA do Rio de Janeiro, formaram a primeira associação de travesti do país, chamada Associação das Travestis e Liberados, ASTRAL.

O apoio para a criação da ASTRAL veio de um projeto de prevenção das DST e AIDS chamado "Saúde na Prostituição", que realizava reuniões com profissionais do sexo no Instituto Superior de Estudos da Religião, ISER, local onde passaram a acontecer as primeiras reuniões da associação.

A influência de ações de resposta à epidemia da AIDS foi também crucial na constituição de outras organizações de travestis que surgiram nos anos seguintes (CARVALHO; CARRARA, 2013).

De acordo com os dados, Brasil (2010), a epidemia de AIDS no país contribuiu para dar visibilidade às condições de vida e de saúde dos homossexuais, em especial às lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgênero. Esse enfrentamento da epidemia foi fundamental para consolidação desses movimentos, que com o passar do tempo veio crescendo e propiciando a criação de novas lutas.

De acordo com Carvalho e Carrara (2013), a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, SIDA, foi notadamente um catalisador da organização política dessas pessoas. Somente com a mudança nas políticas relativas à epidemia, através da elaboração e da divulgação do conceito de “vulnerabilidade” que marca os anos 1990 é que elas passaram a ser consideradas como instrumento de mobilização política, de prevenção e ao tratamento médico. As travestis têm como objetivo principal na sua luta, é o direito a exercer a identidade de gênero, ou seja, viver e ser reconhecida de acordo com o gênero ao qual se identifica.

4 JUSTIFICATIVA

O interesse por esse estudo, surgiu mediante ao meu ingresso na universidade onde no primeiro semestre foi cursada a disciplina saúde sociedade 1, que debatia a temática sobre a travesti, e foi através de um documentário chamado “as bombadeiras” passado em sala de aula que despertou esse interesse em saber mais sobre como é viver na pele da travesti.

As travestis por serem entendidas como corpos objetos, acabando sendo, para muitos, consideradas aberrações, pois desafiam a heteronormatividade, ou seja, são produzidos fora da inteligibilidade social, incoerentemente em relação às normas hegemônicas. Provocam, muitas vezes, repulsa na sociedade (LONGARAY e RIBEIRO, 2016).

A busca da travesti pela feminilização do seu corpo e a afirmação de sua identidade, e por muitas delas possuírem baixa renda e serem desprovidas do acesso a meios e técnicas de custo elevado, elas acabam recorrendo a técnicas extremamente perigosas. Uma dessas técnicas é aplicações de silicone líquido, em uma combinação muitas vezes fatal de cola Superbonder e agulhas veterinárias.

Para esses procedimentos as bombadeiras tem um papel importante para construção do corpo da travesti, através da aplicação e modelação do silicone no seu corpo, onde elas acabam ganhando desenho e contornos mais femininos. Diferente dos hormônios que levam mais tempos para ter o corpo desejados por elas, o silicone industrial é o que produz um efeito imediato que o torna bastante atraente para aquelas em busca de um corpo perfeito, além de não interferir no desempenho sexual, sendo geralmente utilizado por travestis e transexuais que trabalham na prostituição (GADELHA, 2009).

Entretanto, apesar de saber dos perigos envolvidos no uso do silicone industrial, as travestis usam o discurso de quanto mais você usa, mas o seu “corpo pede”, e que apesar da existência do medo e da dor é necessário o seu uso para que ocorra essa transformação no corpo. Mesmo que exista os riscos da bombaço, a travesti sente a necessidade de ter o corpo perfeito o mais rápido possível e não importa o risco que ela sofra. Portanto a saúde das travestis está associada à construção de um corpo feminino belo, mesmo quando implica recusa às prescrições médicas e risco pessoal (SAMAPAI E GERMANO, 2017).

Ao levantarmos essas informações percebemos que ainda há a necessidade de aprofundar os estudos sobre as questões de saúde LGBTs, ainda mais no que diz respeito a saúde do travesti.

O que queremos trazer através deste trabalho, é mostrar que apesar das travestis estarem incluída dentro do movimento LGBT, elas ainda continuam fazendo parte do lugar de maior desprezo dentro do movimento que é destinado aos “Ts” às travestis e às transexuais. E que mais a diante, por meio do mestrado continuarei com a mesma temática com roteiro diferente, buscarei falar sobre como é feita a procura e aplicação das medicalizações.

Louro (2010) debate no seu estudo que o corpo e a maneira como este se apresenta não são dados por uma essência do sujeito, nem tampouco são definidos, estritamente, por uma constituição biológica e genética, ainda que, evidentemente, essas últimas o componham. O corpo não é simplesmente consolidado pelo nascimento e pelo desenvolvimento natural da idade cronológica, tampouco estável, pronto e evidente.

Para isso é preciso pondera quanto ao discurso de criar um corpo idealizado para a travesti, são necessárias as palavras de Foucault:

Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos do poder. Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão (FOUCAULT 1985, p. 183).

Muitas vezes, devido a própria dinâmica do movimento, as prioridades de luta são pensadas de maneira descolada das prioridades dos sujeitos envolvidos. Este fato representa a nosso ver uma das questões fundamentais que necessitam ser pensadas.

De acordo com suas conquistas adquiridas através das suas lutas em busca dos seus direitos como cidadãos através do movimento LGBT, o movimento das travestis tem como objetivo garantir o acesso a participação de políticas públicas e ter acesso a uma saúde de qualidade, e todas conquista alcançada pelo grupo LGBT teve um marco importantíssimo para a população travesti na sociedade brasileira (SILVA,2012).

5 METODOLOGIA

A metodologia utilizada no estudo é a pesquisa documental que recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002).

Para realização da análise dos textos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica que possui caráter exploratório, pois permite maior familiaridade com o problema, aprimoramento de ideias ou descoberta de intuições (GIL 2007 apud CONFORTO; AMARAL; SILVA 2011 p.1).

Gil (2008) diz que, enquanto na pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de diversos autores sobre determinado assunto, na pesquisa documental de material que não receberam tratamento analítico ainda. Para assegurar as condições em que os dados secundários fossem obtidos foi analisado com profundidade as informações “para descobrir possíveis incoerências ou contradições e utilizar fontes diversas, cotejando-se cuidadosamente” (p. 51).

A justificativa para utilização da pesquisa com documentos é que ela nos permite juntar a influência do tempo para compreensão do social. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. (CELLARD, 2008).

De acordo com Pádua (1997) a pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados) e tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências.

5.1 Levantamento de dados

Essa pesquisa foi realizada em três fases, a primeira sendo a pesquisa documental, que foi realizada no período de maio a novembro de 2018. Para a seleção do material foram pesquisadas a base de dado: Scientific Electronic Library Online (sciELO), sendo que esta permite uma busca simultânea nas principais fontes de dados de saúde.

A segunda fase foi a pesquisa das normas, referente ao tema investigado, foi realizada mediante levantamento, consulta e leitura dos seguintes documentos: Constituição Federal – 1988; Programas, Políticas, Cadernos de Saúde que possam estar relacionada a travesti. Através dos sites oficiais do governo e do site de busca do GOOGLE. Usando os seguintes descritores: “movimento LGBT”, “Travesti”, “ Políticas LGBT ”.

Terceira fase começamos o processo de seleção, onde foi obtido um total de 142 artigos na base de dados SciELO, em seguida os critérios de seleção dos artigos e como critério de inclusão, primeiramente que deveriam ser selecionados artigos científicos, apenas os que estavam escritos em Português, publicados entre os anos de 2012 a 2017 e se seu conteúdo se relaciona ao objetivo deste trabalho, ou seja, refere-se a construção e formação dos movimentos sociais que as travestis fazem parte. Ao inserir os três descritores no campo de busca na SciELO. Obtivemos um total de 48 artigos para a análise a partir do critério de inclusão e desse número foi dado início a seleção.

Como critério de exclusão, não foram descritos os artigos publicados em língua estrangeira e/ou que não contemplassem o texto completo. Resolvemos retirar os estudos que após a identificação por meio de títulos e resumos, não se enquadravam ao objetivo central da nossa pesquisa.

5. 2 Aspectos Éticos da Pesquisa

Os aspectos legais e éticos desta pesquisa seguiram, o CEP, de acordo com a Resolução 466/12, aprovada no Conselho Nacional de Saúde em sua 240^a Reunião Ordinária, considera os aspectos éticos em pesquisas que necessitam da avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) quando envolvem seres humanos e desobriga a apreciação da pesquisa por Comitês de Ética, por se tratar de uma pesquisa de dados secundários, não será necessário ser submetido ao comitê de ética.

O projeto não possuiu financiamento, visto que se trata de uma pesquisa documental e bibliográfica que utilizou como base de pesquisa, a análises de documentos disponíveis em sites de acesso livre.

O marco de escolha do início da pesquisa foi de julho de 2012, pois foi nesse período através dos estudos, podemos ter o primeiro contato com um olhar diferente do que é passado pela sociedade sobre a população travesti. E tendo como marco final julho de 2017, por ser um tema que vem sendo debatido perante a sociedade brasileiro.

CAPÍTULO II

No capítulo II deste estudo apresentará os resultados obtidos e discussões a partir do levantamento dos artigos dos assuntos encontrados nos trinta (30) artigos analisados.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES DO LEVANTAMENTO DOS ARTIGOS

6.1 Caracterização dos Artigos

Encontramos, no total, 48 artigos sobre o assunto deste Trabalho de Conclusão de Curso. Sendo todos encontrados na base Scielo. Na tabela 1 verificamos abaixo o quantitativo de artigos encontrados por descritores e base de dados.

Tabela 1: Quantitativo de artigos encontrados por descritores e base de dados, Brasil, 2012-2017:

Descritores	Base de dados	Nº de artigos	Nº de artigos após a filtragem
"Travesti"	Scielo	73	20
"Movimento LGBT"	Scielo	28	11
"Políticas LGBT"	Scielo	41	17
Total		142	48

Fonte: Elaboração Própria

Após a aplicação de todos os critérios de seleção, há que se ressaltar que 18 desses artigos se repetem na base de dados, por isso serão considerados como duplicidade, restando apenas 30 artigos foram analisados, como apresentado na tabela a seguir.

Tabela 2: Quantitativo de artigos filtrados, repetidos e analisados

Total de artigos filtrados	Repetição de artigos	Artigos analisados
48	18	30

Fonte: Elaboração Própria

Esses artigos virão organizados no seguinte quadro que representa as especificações de cada um dos artigos, bem como título, autores, metodologia e local de publicação.

Quadro 1- Caracterização dos artigos selecionados para análise durante o período de 2012 a 2017. Segundo: título, autores, metodologia e local.

Título	Autores	Metodologia	Local
Em direito a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil	CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio	Estudo bibliográfico	Rio de Janeiro 2013

Trabalho, Violência e Sexualidade: Estudo de Lésbicas, Travestis e Transexuais.	CARRIERI, A.P	Estudo bibliográfico	Rio de janeiro 2014
Sopa de letrinhas: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90.	FACCHINE, Regina	Pesquisa qualitativa	Rio de Janeiro 2012
Identidades trans em pauta: Representações sociais de transexuais e travestis no telejornalismo policial brasileiro contemporâneo 2014	HARTMANN, J.M	Pesquisa bibliográfica	Florianópolis 2014
Travestis e transexuais: corpos (trans) formados e produção da feminilidade.	LONGARAY, D. A; RIBEIRO, P. R. C	História Oral Temática	Florianópolis 2016
O jogo do nome nas subjetividades travestis.	PROCHNO, C.C. S. C.; ROCHA, R. M. G	Análise documental	Florianópolis 2012
"Tudo é sempre de muito!": produção de saúde entre travestis e transexuais.	SAMPAIO, J. V; GERMANO, I. M. P	Pesquisa de campo	Florianópolis 2017
Fora do armário, dentro do closet: o camarim como espaço de transformação.	VENCATO, Anna Paula	Pesquisa etnográfica	Campinas, SP 2005
O Processo de Elaboração dos Planos Municipais de Educação na Região do Grande ABC	Paulo Sérgio Garcia; Nélio Bizzo	Estudo de caso	Porto Alegre 2017
Espaços educativos e produção das subjetividades gays, travestis e transexuais	LONGARAY, D. A; RIBEIRO, P. R. C	História oral temática	Rio de Janeiro 2015

Na parada do lazer: delineando as ações de lazer em ONGs LGBT de Belo Horizonte	Marie Luce Tavare ; Hélder Ferreira Isayama	Pesquisa documental combinada com a de campo	São Paulo 2014
Reflexões teóricas, políticas e metodológicas sobre um morrer, virar e nascer travesti na adolescência	Tiago Duque	Pesquisa etnografica	Florianópolis 2012
Travestilidades nômades: a explosão dos binarismos e a emergência queering	PERES, Wiliam Siqueira	Pesquisa bibliografica	Florianópolis 2012
"Do travestismo às travestilidades": uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010	Marília dos Santos Amaral; Talita Caetano Silva; Karla de Oliveira Cruz; Maria Juracy Filgueiras Toneli	Revisão crítica de literatura	Belo Horizonte 2014
"Brilham estrelas de São João!": notas sobre os concursos de "Miss Caipira Gay" e "Miss Caipira Mix" em Belém (PA)	Rafael da Silva Noletto	Pesquisa de campo	Rio de Janeiro 2014
"Doidas e putas": usos das categorias travesti e transexual	Bruno Cesar Barbosa	Pesquisa de campo	Rio de Janeiro 2013
Conjugalidades múltiplas nas travestilidades e transexualidades: uma revisão a partir da abordagem sistêmica e da psicologia social	Eduardo Lomando; Henrique Caetano Nardi	Revisão de literatura	Rio de Janeiro 2013

A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios	Gianna Schreiber Popadiuk; Daniel canavese oliveira; Marcos claudio signorelli	Pesquisa exploratória	Rio de Janeiro 2017
Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT	Roberto Efrem Filho	Pesquisa etnográfica	Campinas 2016
“Não somos um simples conjunto de letrinhas”: disputas internas e (re)arranjos da política “LGBT”	Silvia Aguião	Pesquisa de campo	Campinas 2016
Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil	Grayce Alencar Albuquerque; Cíntia de Lima Garcia; Maria Juscinaide Henrique Alves; Cicera Monalisa Holanda Teles de Queiroz; Fernando Adami	Revisão integrativa da literatura	Rio de Janeiro 2013
Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades	Luiz Mello; Walderes Brito; Daniela Maroja	Análise documental	Campinas 2012
O Processo de Elaboração dos Planos Municipais de Educação na Região do Grande ABC	Paulo Sérgio Garcia; Nélcio Bizzo	Estudo de caso	Porto Alegre 2017
Diversidade sexual e política eleitoral: Analisando as candidaturas de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo	Gustavo Gomes da Costa Santos	Pesquisa quantitativa e qualitativa	Rio de janeiro 2016

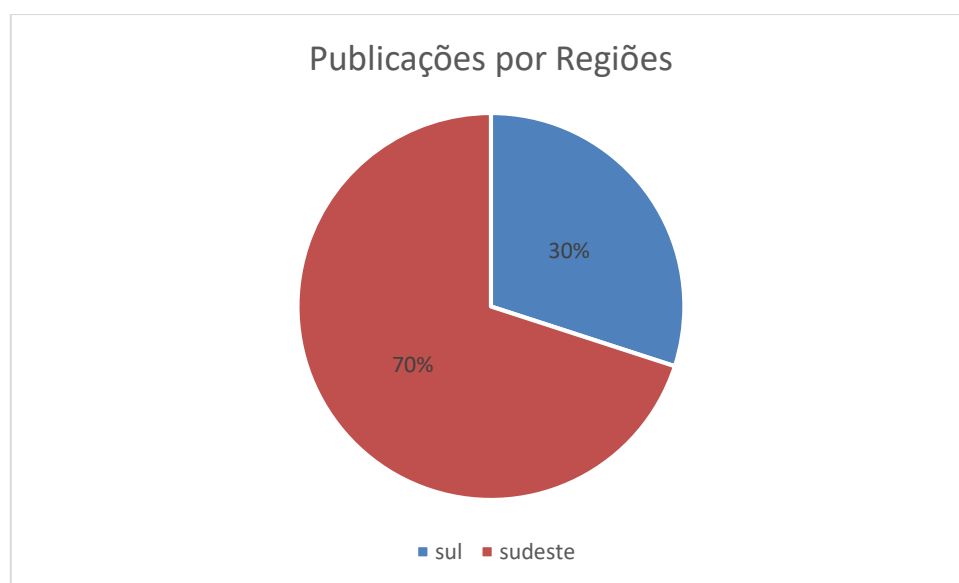
O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios	Cláudia Pereira Vianna	Pesquisa exploratória	São Paulo 2015
A clínica em movimento na saúde de TTTs: caminho para materialização do sus entre travestis, transsexuais e transgêneros	Eduardo Corsino Freire; Fátima Cristina Alves de Araujo; Ândrea Cardoso de Souza; Dalvani Marques	PESQUISA EXPLORATIVA	RIO DE JANEIRO 2013
A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil	Sérgio Carrara	análise documental	campinas 2016
Para uma história dos concursos de beleza trans: a criação de memórias e tradição para um certame voltado para travestis e mulheres transexuais	Aureliano Lopes da Silva Junior	Pesquisa narrativa	Campinas 2017
Travestilidade às avessas - a desconstrução de uma "paródia" identitária	Luís Antonio Bitante Fernandes; Águeda Aparecida da Cruz Borges; Rodolfo Pinheiro Bernardo Lôbo	Estudo de caso	Florianópolis 2017
Silicone líquido industrial para transformar o corpo: prevalência e fatores associados ao seu uso entre travestis e mulheres transexuais em São Paulo, Brasil	Thiago Pestana Pinto; Flavia do Bonsucesso Teixeira; Claudia Renata dos Santos Barros; Ricardo Barbosa Martins; Gustavo Santa Roza Saggese; Daniel Dutra de Barros; Maria Amelia de Sousa Mascena Veras	Pesquisa quantitativa e qualitativa	Rio de Janeiro 2017

Fonte: Elaboração Própria

Após a categorização dos artigos, foi possível destacar dois autores que publicaram mais de um artigo sobre o tema. Os autores Sérgio Carrara, Deise Azevedo Longaray e Paula Regina Costa Ribeiro, tiveram duas publicações cada um.

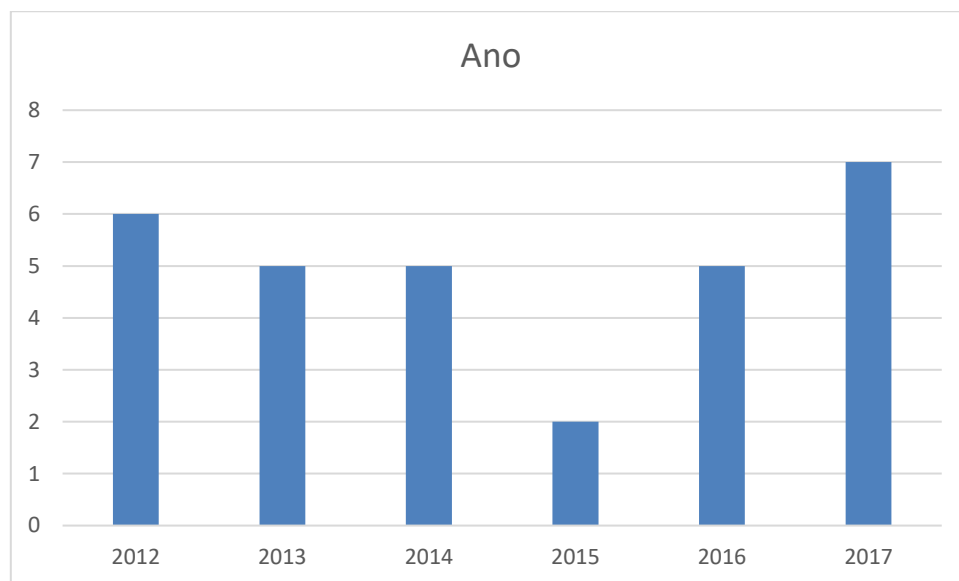
Com a categorização dos artigos, foi possível destacar também duas regiões que publicaram mais artigo sobre o tema. A região sudeste teve 21 publicações e região sul 9 publicações. Essas quantidades são demonstradas no gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Publicações por Regiões.



Fonte: Elaboração Própria.

No que se refere ao ano de publicação dos artigos analisados, percebeu-se que 6 dos 30 artigos analisados foram publicados no ano 2012, nos anos de 2013 a 2014 houve decrescente no interesse dos pesquisadores pelo tema em questão. Como mostrado no gráfico, houve mais publicações no ano de 2017, com 7 artigos.

Gráfico 2: Quantitativo de artigos por ano.

Fonte: Elaboração Própria.

Esses resultados sugerem uma reflexão sobre a falta de estudos que falem sobre o papel da travesti no movimento LGBTQs. No entanto podemos observar, que apesar de pertencer ao movimento ainda existe uma falta de representatividade que a travesti sofre mesmo fazendo parte do movimento. Essa falta de representatividade acaba fazendo com que a travesti não procure ou não saiba sobre seus direitos.

6.1 Principais Conceitos

Começamos essa discussão abordando, em relação aos pontos encontrados nos artigos relacionados ao tema, destacamos a necessidade de discutir a política educacional assim como nas políticas públicas de modo geral, sobre o tema da diversidade sexual, que ainda hoje sofre resistência em ser trabalhado no nosso país.

Mesmo que a Organização Mundial da Saúde (1990), deixa claro que homossexualidade não é mais considerada uma doença, com base na mesma a orientação sexual deixou de fazer parte da lista de doenças mentais do código internacional de doença, CID.

Todavia, atualmente a transexualidade e travestilidade não é considerada como doença mental, já que antes era entendida como "transtorno de identidade de gênero", e passou a integrar um novo capítulo intitulado "incongruência de gênero" do código internacional de doença CID-11 que substituiu o CID-10 (OMS,2018).

De acordo com Benedetti (2005) o surgimento da epidemia causada pelo vírus SIDA, foram desenvolvidos vários trabalhos sobre a sexualidade humana em diferentes áreas de pesquisa social. Foi a parti desse momento que a homossexualidade passou a receber uma atenção diferenciada por ser considerada uma população de risco.

Com fundamentos de Carvalho e Carrara (2013) eles reconstroem a história do movimento social de travestis e transexuais no Brasil a partir dos relatos de suas lideranças. Partindo da emergência da "travesti" como categoria identitária, relatando o surgimento das primeiras organizações, com destaque para suas conexões com as políticas de enfrentamento à epidemia da SIDA.

Quanto a Garcia e Bizzo (2017) relembram a articulação entre gênero, sexualidade e educação de formas paralelas e relacionadas nas lutas por garantias de direitos das pessoas da diversidade no Brasil. Resulta no enfraquecimento da educação, em geral, e da escola, em particular, em relação aos temas gênero e diversidade e ao combate do preconceito, da discriminação e da homofobia, questões que tinham alcançado progressos nas últimas décadas pela luta do movimento LGBT.

De acordo Longaray e Ribeiro (2015) entendem como espaços educativos os que produzem conhecimentos e saberes e que, de alguma forma, ensinam-nos modos de ser e estar no mundo, construindo e (re) produzindo significados sociais. Assim, não somente a escola é um espaço educativo, mas todos que exercem pedagogias, tais como as instâncias sociais, sobre as quais discutiremos neste estudo e pelas quais os sujeitos lésbicas, gays, travestis e transexuais (LGBT) transitam e constituem-se.

A necessidade de pautar as especificidades dos direitos entre as identidades LGBTs se apresentou como uma demanda de protagonismo para a construção de políticas específicas para cada identidade, visto que as discriminações mesmo entre os LGBTs operam de formas distintas, ocorrendo em condições de vulnerabilidade de maior ou menor grau, a depender dos marcadores identitários de gênero, ocorrendo em maior ou menor grau de riscos de vida.

De acordo com Tavares et al. (2014) que enfatizam sobre a complexidade de desenvolver ações e políticas que visem, de fato, à democratização do acesso ao lazer e à construção de indivíduos emancipados, sem recursos das mais variadas espécies, que englobam desde instrumentos de planejamento e avaliação até a compra de materiais e a construção de equipamentos.

Efrem (2016) relata em sua pesquisa os conflitos e materializações constituintes das mortes de LGBT reivindicadas, pelo Movimento, como crimes de ódio. Onde os mortos e as violências integram o Movimento LGBT. Eles são ressuscitados, em discurso, para legitimar a permanência da necessidade da política.

Além disso Carrara (2016) sugere reflexão sobre as relações entre ciência e política, que são evidentemente muito mais complexas do que o dilema que opõe crítica, de um lado, e engajamento, de outro. E a importância de considerar a heterogeneidade desses dois universos e o modo como diferentes perspectivas situadas em cada um deles aproximam-se e se separam, às vezes apoiando-se e legitimando-se mutuamente, às vezes entrando em ferozes disputas.

Fernandes et al. (2017) destacam na sua pesquisa, que travestir-se é mais que o sentir-se mulher; é se mostrar para tornar-se visível, é se posicionar como mulher na sociedade. Essa invisibilidade só ganha notoriedade, ou seja, transpassa a ordem social vigente, quando as travestis passam a incomodar a sociedade.

Silvia (2017) conta no seu artigo, a história dos concursos de beleza realizados para travestis e mulheres transexuais e a celebração de uma identidade trans em meio à diversão e à arte. Todas essas memórias e a forma como são revividas e relatadas fazem parte daquilo que pensam e constroem singularmente para si como a chamada “cultura trans”, que diz diretamente de cada uma e todas.

Barbosa (2013) investigou os usos das categorias travesti e transexual, no qual enxerga as travestis como abjetas, em função de uma série de exclusões na afirmação da categoria transexual e na produção do que seria uma “verdadeira mulher”.

Capítulo III

O último capítulo deste estudo trataremos sobre os princípios que regem a política e normas, a respeito ao movimento LGBT, demandas relacionadas as travestis, continuado pelas definições da identidade dos movimentos e campanhas. Por fim a consideração final do estudo.

7. POLÍTICAS E NORMAS

7.1 Políticas Públicas

A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT, que foi instituída pela Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011, pactuada pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT), e está de acordo com a Resolução nº 2 do dia 6 de dezembro de 2011, na formação do Plano Operativo de Saúde Integral LGBT.

A Política Nacional de Atenção Especial LGBT, foi criada pela parceria do Ministério da Saúde e dos movimentos sociais, com a finalidade de combater a AIDS, onde seriam disponibilizados “assessoria jurídica, atuação no fortalecimento dos serviços, campanhas de comunicação e ações para a visibilidade dessa população” (Brasil, 2008).

O universo 'trans', acaba por, na maior parte das vezes, figurar como conceitos sem definição para muitos indivíduos, e, conseqüentemente, sem a indicação de encaminhamentos pertinentes à especificação da realidade de vida e saúde da população TTT. Políticas públicas, tal como a política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros – LGBT (BRASIL, 2010) –, fazem-se necessárias como estratégias de ação em saúde, diante da especificidade das vivências desses grupos, qualificando ações e provocando, transversalmente, diversas áreas técnicas, objetivando a integralidade e a equidade (LIONÇO, 2008).

A política nacional de saúde LGBT configura-se como uma política transversal, onde o respeito sem preconceito e sem discriminação é valorizado, como fundamento para promoção, proteção, atenção e cuidado à saúde.

As políticas de saúde voltadas à população travesti vêm sendo desenvolvidas muito recentemente no Brasil, com o intuito de possibilitar acesso a direitos que comumente lhe foram negados. Surgem a partir do processo de amadurecimento da democracia brasileira, no fim dos anos 70, quando se constituem vários movimentos da sociedade civil em defesa de grupos historicamente excluídos, como a população LGBT.

A Política Nacional De Saúde Integral de Lésbica, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais foi um marco muito importante para uma mudança histórica, a qual estes grupos vêm lutando. Do que é o de “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, cor, sexo idade e quaisquer

outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, art.3º, inc. IV). E que tem com um dos objetivos específicos o definir estratégias setoriais e Intersetoriais que visem reduzir a mortalidade.

No ano de 2011 foi publicada a resolução que institui a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbica, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais que teve como objetivo apresentar estratégia no processo de enfrentamento das iniquidades e desigualdade em saúde. Um desses eixos estratégicos é o acesso da população LGBT a atenção integral a saúde (BRASIL, MS, 2011).

7.2 Normas

Faremos então, a relação das normas voltadas para população travesti e processo Transexualizador, segue em ordem cronológica:

Uma iniciativa importante para a promoção do acesso universal das pessoas trans no SUS foi a introdução, da portaria MS nº 1.820, de agosto de 2009 por meio da Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, do direito ao uso do nome social, seja nos serviços especializados que já acolhem transexuais e travestis, seja em qualquer outro serviço da rede de saúde pública (BRASIL, 2009).

A Portaria nº 1.944, de 27 de agosto de 2009, que institui no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, no qual tem como um dos objetivos: “promover a atenção integral à saúde do homem nas populações indígenas, negras, quilombolas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, trabalhadores rurais, homens com deficiência, em situação de risco, e em situação carcerária, entre outros”.

Considerando o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, especialmente o disposto no art. 13, que assegura ao usuário o acesso universal, igualitário e ordenado às ações e serviços de saúde do SUS, Brasil (2015).

A Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT)

Esse direito, no Brasil, está genericamente consagrado pela Constituição Federal de 1988, que, além de considerar o direito à saúde em seu sentido mais amplo (reconhecendo seus determinantes e condicionantes – alimentação, moradia, saneamento, meio ambiente, renda, trabalho, educação,

transporte etc.), cria, ainda, o Sistema Único de Saúde (BRASIL, 1990). Sob tal perspectiva, cabe ao Estado a promoção da saúde, através de políticas sociais e econômicas, visando à redução do risco de doenças, bem como do acesso, de forma universal e igualitária, a ações e serviços de promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988).

A Portaria nº 2.837, de 1º de dezembro de 2011, que redefine o Comitê Técnico de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Comitê Técnico LGBT). “Acompanhar e monitorar a implantação e a implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT), com vistas a garantir a equidade na atenção à saúde para esses grupos populacionais.

Em 2012 ocorreu a revisão da Portaria nº 457, que considera a Portaria GM/MS nº 1.707, de 18 de agosto de 2008, e define as Diretrizes Nacionais para o Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde - SUS, em âmbito federal, respeitando as competências de gestão das três esferas (BRASIL, 2013).

O decreto de Nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que dispõem sobre o uso do nome social e reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travesti e transexuais:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Parágrafo único. Para os fins deste Decreto, considera-se - Nome social - designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida; e II - identidade de gênero - dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento.

O Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Transexuais – PNLGBT, que apresentou como objetivo orientar a construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT, primando pela intersetorialidade e transversalidade na proposição e implementação dessas políticas. Que tende de combater o estigma e a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero (BRASIL, 2009).

8. Demandas do movimento travesti

Diante do que foi abordado neste capítulo, foi possível observar que universo travesti se encontra em situação de vulnerabilidade com relação à garantia de direitos humanos básicos e que desde o início da trajetória do movimento homossexual essa população vem lutando contra essas dificuldades, para serem reconhecido como movimento legítimo passível de ações que visem seu fortalecimento enquanto movimento social (ABGLT, 2017).

Ainda que existam legislações que criminalizam a homofobia, ainda não é de fato uma política que garante a segurança e o pleno exercício da cidadania LGBTTT. São necessários dados fidedignos que irão servir de base para o fomento de políticas públicas que visem a diminuição das taxas de suicídio e violência direcionados a este público (ANTRA, 2017).

Contudo, associação nacional de travesti e transexual – Antra (2017), diz que o movimento ainda encontra muitas dificuldades com relação ao desemprego, preconceito, acesso a saúde e a subnotificação de dados que afetam diretamente essa população. Selecionamos as principais demandas relacionada as travestis: Inclusão social das travestis ao mercado de trabalho, ter mais acesso à universidade, Garantia do nome social, Lei específica para transfobia e Acesso à saúde.

8.1 Construindo a Identidade

Inês (2002) militante afirma que a concepção essencialista da identidade sugere a existência de uma identidade básica, uma verdade mais autêntica e mais profunda que torna o indivíduo naquilo que ele é, com algum a imutabilidade, independentemente do seu percurso vivencial. A ideia de que, apesar das diferenças introduzidas pela vivência, existe uma identidade essencial, no facto de um indivíduo nascer no seio de determinado credo religioso, nação ou grupo étnico, é algo que se pretende ver posto de lado logo à partida, por mais do que um motivo.

Desde o nascimento o nome representa uma das primeiras características a ser adquiridas pelo sujeito que deverá acompanhá-lo como marca distintiva na sociedade. Ao mesmo tempo, o nome, por meio da gramática substantiva do masculino ou feminino, impõe uma relação binária rígida entre os sexos marcando, além da denominação, a determinação de normas relativas à sexualidade e ao gênero (PROCHNO e ROCHA, 2011).

Figura – 1 Bandeira adotada como símbolo da comunidade trans: rosa em alusão às meninas, azul em associação aos meninos e branco para quem está entre os dois sexos.



Fonte: Associação Nacional de Travestis e Transexuais (2000)

8.2 Campanhas do Ministério da Saúde

Figura 2 -primeira campanha do Ministério da Saúde voltada para o público travesti (BRASIL, 2012).



Fonte: BRASIL (2012)

Mediante suas lutas e por estarem cada vez mais em evidência, o Ministério da Saúde declarou que o dia 29 de janeiro foi escolhido para a visibilidade travesti, foi a data escolhida pelo departamento de Doença Sexualmente Transmissível-DST e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida-SIDA (AIDS), para lançamento da campanha “travesti e respeito” que teve como principal objetivo sensibilizar os profissionais de saúde e inserir travesti para sua própria autoestima e cidadania (BRASIL, 2007).

Para marcar o Dia Nacional da Visibilidade Trans, comemorado hoje (29), o Ministério da Saúde lançou a campanha “Cuidar bem da saúde de cada um faz bem para todos. Faz bem para o

Brasil”. A ação tem como o foco a promoção da saúde, o atendimento humanizado e o respeito à população de travestis e transexuais – masculino e feminino – na área da saúde.

Figura 3- a campanha “Cuidar bem da saúde de cada um faz bem para todos. Faz bem para o Brasil”.



Fonte: Brasil (2016)

Neste capítulo foi possível conhecer o processo que se estruturou a ação do movimento homossexual até conquistar sua legitimidade e reconhecimento de suas causas perante o Estado e a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto a esse estudo foi possível considerar que o tema travesti ainda é pouco explorado pelo campo da Saúde Coletiva. Dado que estamos vivendo um novo momento na trajetória do movimento social LGBTs, onde precisamos imensamente construir um saber nosso.

De acordo com a vulnerabilidade da população travesti, a necessidade de uma política de saúde específica para a população LGBTs (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), fundamentada na promoção da equidade, a partir da reflexão e reconhecimento das condições de vulnerabilidades em que se encontram esses sujeitos (LIONÇO, 2008).

Destaca-se que a discriminação pode ainda levar as travestis a procurarem pelo atendimento precário de serviços clandestinos de modificação corporal, podendo acarretar riscos para sua própria saúde e fazendo ainda com que aumente as situações vulnerabilizadoras. Fato este que aponta para a necessidade de um acolhimento “humanizado” nos serviços públicos de saúde.

Diante do que foi apresentado, o intuito desta pesquisa é justamente o de levantar alguns dados que pudessem indicar novos elementos a serem trabalhados com vista a obter uma maior inserção das travestis dentro do movimento LGBTs e no campo da saúde, bem como a qualificação da sua participação no mesmo.

Ao abordarmos a problemática da saúde no universo travesti, em que o primeiro ponto a ser destacado relaciona-se ao direito à saúde, que é conceituado como categoria de direito subjetivo público, a partir do reconhecimento do sujeito como detentor do direito e do Estado como obrigado a garanti-lo, sem, é claro, eximir a responsabilidade do próprio sujeito, que também deve cuidar de sua saúde.

Apesar de serem escassos os estudos que abordam essa população, há evidências de que fatores relacionados à organização dos serviços, à postura de profissionais, ao estigma e ao constrangimento vivenciado pela população travesti comprometem a procura da mesma ao sistema de saúde.

Diante desse estudo, penso que o campo da Saúde Coletiva e os sanitaristas devem se ocupar e se preocupar com a melhoria e expansão dos serviços de saúde no Brasil, tematizando a necessidade de mais pesquisas sobre a população travesti.

Sugerindo para futuras pesquisas, um estudo mais aprofundado nas categorias; Avaliação de Serviço; Medicamentos; podendo ser os roteiros adequados à pesquisa de campo, etnográfica, estudo de caso e outras, com o objetivo de se conhecer pontos distintos e necessários para dar suporte aos debates.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTRA - Associação Nacional de Travesti e Transexuais. Rio de Janeiro: ANTRA, 2017.
- Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Manual de Comunicação LGBT**. Ferdinando Martins, Lilian Romão, Liandro Lindner, Toni Reis. (Org.) [Curitiba]: Ajir Artes Gráficas e Editora, 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Transexualidade e travestilidade na saúde / Ministério da Saúde**, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 194 p.
- _____. Ministério da Saúde. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, 2009.
- _____. Ministério da Educação. **Portaria ME nº 1.612**, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. 3.027, de 26 de novembro de 2007. Aprova a Política Nacional Gestão Estratégica e Participativa – Participa SUS. Brasília, 2007
- _____. Ministério da Saúde. **DECRETO Nº 8.727**, DE 28 DE ABRIL DE 2016
- _____. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica. Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva. Brasília, 2010. Disponível em: < http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad26.pdf > Acesso em: 18 mar. 2018.
- _____. Ministério da Saúde. Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde. **Portaria nº 675/GM/2006. Revogada pela Portaria nº 1.820**, de 13 de agosto de 2009. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 mar. 2006.
- _____. Portaria nº 1.820/GM/MS, de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. Dispon[ível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html > Acesso em 25 jun. 2018.
- _____. Portaria nº 1.944, de 27 de agosto de 2009. Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem.
- _____. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.803**, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no SUS. Disponível em: Acesso em: 11 jun. 2018.
- BENTO, B. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. (Coleção Sexualidade, Gênero e Sociedade).
- Borba, R. (2010). Intertext(sex)ualidade: a construção discursiva de identidades na prevenção de DST/aids entre travestis. Trab. Ling. Aplic., Campinas, 49(1), 21-37.
- BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. **Em direito a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil.** Sex., Salud Soc. (Rio J.), Rio de Janeiro, n. 14, p. 319-351, Aug. 2013.

CARRARA, Sérgio. **A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil.** Cad. Pagu, Campinas, n. 47, e164717, 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332016000200604&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Nov. 2018. Epub Sep 15, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201600470017>

CARRIERI, A.P. **Trabalho, Violência e Sexualidade:** Estudo de Lésbicas, Travestis e Transexuais. Rio de Janeiro, p. 87, JAN/FEV, 2014.

Conselho Nacional de Combate à Discriminação. -CNCD (2004). **Brasil Sem Homofobia:** Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde.

CHIDIAC, Maria Teresa Vargas; OLTRAMARI, Leandro Castro. **Ser e estar drag queen:** um estudo sobre a configuração da identidade queer. Estud. Psicol. (Natal), Natal, v. 9, n. 3, p. 471-478, dez. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2004000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 12 jun. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2004000300009>.

DUQUE, Tiago. **Reflexões teóricas, políticas e metodológicas sobre um morrer, virar e nascer travesti na adolescência.** Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 489-500, Aug. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200010&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200010>.

ESTEVES, Ana Carolina Xavier. **O protagonismo dos movimentos sociais LGBTs no Brasil:** Dados de suicídio e violência homofóbica. Editora UNB.

FACCHINE, Regina. **Sopa de letrinhas:** movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 301p.

FACCHINI, Regina. Histórico da luta de LGBT no Brasil, Conselho Regional de Psicologia de São Paulo CRPSP. Caderno Temático 11 Psicologia e Diversidade Sexual

FREIRE, Eduardo Corsino et al. **A clínica em movimento na saúde de TTTs:** caminho para materialização do sus entre travestis, transsexuais e transgêneros. Saúde debate, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 477-484, Sept. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042013000300011&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-11042013000300011>.

FREIRE, Lucas; CARDINALI, Daniel. **O ódio atrás das grades:** da construção social da discriminação por orientação sexual à criminalização da homofobia. Sex., Salud Soc. (Rio J.), Rio de Janeiro, n. 12, p. 37-63, Dec. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984>.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988. v. 1.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

GADELHA, José Juliano. Masculinos em mutação: a performance drag queen em Fortaleza. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

Gil, Antônio Carlos, 1946 - Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014. Leia mais: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/ci%c3%aancia-politica/movimentos-sociais/>

JENNIFER MOREL HARTMANN. **Identidades trans em pauta: Representações sociais de transexuais e travestis no telejornalismo policial brasileiro contemporâneo**. Florianópolis, 2014.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos** / Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília: Autor, 2012.

LIONCIO, T. (2008). Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. Saúde e Sociedade, 17(2), 11-21.

LONGARAY, Deise Azevedo; RIBEIRO, Paula Regina Costa. **Travestis e transexuais: corpos (trans) formados e produção da feminilidade**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 761-784, dez. 2016. disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2016000300761&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 13 set. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p761>.

LONGARAY, DEISE AZEVEDO; RIBEIRO, PAULA REGINA COSTA. Espaços educativos e produção das subjetividades gays, travestis e transexuais. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 20, n. 62, p. 723-747, Sept. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782015000300723&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782015206209>.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 7-34.

PERES, Wiliam Siqueira. Travestilidades nômades: a explosão dos binarismos e a emergência queering. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 539-547, Aug. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200014&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200014>.

PROCHNO, Caio César Souza Camargo; ROCHA, Rita Martins Godoy. O jogo do nome nas subjetividades travestis. *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 254-261, ago.2011 Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 13 set. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000200006>.

REIS, Marta et al. **A identidade de gênero e a influência das atitudes face à homossexualidade/homoparentalidade entre luso-brasileiros**. *Psic., Saúde & Doenças*, Lisboa, v. 17, n. 3, p. 311-325, dez. 2016.

SAMPAIO, Juliana Vieira; GERMANO, Idilva Maria Pires. **“Tudo é sempre de muito! ”: produção de saúde entre travestis e transexuais**. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 453-472, ago. 2017. disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000200453&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 13 set. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n2p453>.

SAMPAIO, Juliana Vieira; GERMANO, Idilva Maria Pires. **Políticas públicas e críticas queer: algumas questões sobre a identidade LGBT**. *Psicol Soc. Belo Horizonte*, v. 26, n. 2, p. 290-300, agosto de 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 de novembro de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000200006>.

SOUZA, Eloisio Moulin de; PEREIRA, Severino Joaquim Nunes. **(Re) produção do heterossexismo e da heteronormatividade nas relações de trabalho: a discriminação de homossexuais por homossexuais**. *RAM, Rev. Adm. Mackenzie*, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 76-105, Aug. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712013000400004&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-69712013000400004>.

STOLLER, R. J. *A Experiência Transexual*, Rio de Janeiro, Imago Editora, 1994.

TAQUES, F. J. Movimento GLBT: considerações necessárias. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 43, n. 2, p. 144-148, maio/ago. 2007.

TERTO, jr veriano. **Homossexualidade e saúde: desafio para terceira década de epidemia de HIV/AIDS**. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 8, n. 17, p. 147-158, junho de 2002.

VENCATO, Anna Paula. Fora do armário, dentro do closet: o camarim como espaço de transformação. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 24, p. 227-247, jun. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000100011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 12 jun. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332005000100011>.